

**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE  
INFRAESTRUTURA**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e seis minutos, na sala virtual via videoconferência - Microsoft Teams- teve início a 49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra), constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Na parte da manhã foi realizada reunião interna, restrita aos membros da Câmara Técnica, atingidos, assessorias técnicas e convidados. Na parte da tarde, após apresentação dos membros e participantes, a Sra. Carolina Vespúcio, coordenadora da CT-Infra, fez a leitura da pauta e iniciou o debate desses itens na reunião aberta, conforme descritos a seguir:

**Participantes da 49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura - Pública- Horário de 14:06 às 16:56-27/01/2021**

Alejandra Devecchi (Ramboll/MPF), Ana Luiza Aguiar (SEINFRA), Ana Luiza Figueiredo (Renova), André Santiago (DER), Antônio Áureo (Prefeitura de Rio Doce), Bruna Lopes (Prefeitura de Rio Doce), Carlos Sena (Renova), Carolina Vespúcio (SEINFRA), Caroline Braga (Flacso), Cláudia Laureth (Flacso), Cleber Teixeira (Prefeitura de Rio Doce), Cristiane Martins (Comissão de Atingidos de Barra Longa), Danielle Jorge (Aedas), Denise Almeida (Prefeitura de Mariana), Douglas Pereira (Sedese), Eloá Lacerda (Renova), Flávio Azambuja (Renova), Flávio Batiston (Renova), Frederico Faria (Renova), Gustavo Alves (Renova), Helen Roberta (Feam), June Galdino (Renova), Letícia Gomes (Flacso), Lucianna Oliveira (Aedas), Marcelo Lúcio (Renova), Maria Alice (Renova), Maria Starling (EY), Marilene Fabri (Sedese), Marina Lima (Rosa Fortini), Naatan Lagoa (FGV/MPF), Renato Luciano (Fundação Renova), Rodrigo Paiva (Prefeitura de Rio Doce), Thaíse Coelho (Ramboll/MPF), Thiago Lorangeira (Renova), Tiago Moura (Renova), Tony Freitas (Renova), Úrsula Vasconcelos (Samarco), Vaneide Souza (SEINFRA), Viviane Gomide (SEINFRA) e Wagner Caetano (Renova).

**1) Informes Gerais**

<b>Discussão</b>	A Sra. Carolina Vespúcio, coordenadora, saudou os participantes, realizou sua apresentação pessoal e informou a participação da assessora, Ana Luiza, frente aos trabalhos conduzidos na Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura. Informou que houve um período de transição com as alterações no governo e a retomada da coordenação da CT-Infra, pela designação de representante da SEINFRA. A Sra. Ana Luiza, assessora na SEINFRA e membro colaboradora na CT-Infra, fez sua apresentação pessoal e informou o apoio a coordenação da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura.
------------------	---

**1.1) Aprovação da Ata referente a Reunião Ordinária de nº 48**

<b>Discussão</b>	Após consulta aos presentes quanto ao recebimento e dúvidas, a ata foi colocada em votação e foi aprovada, sem objeções.
------------------	--

**2) PG08 – Acompanhamento das atividades do Reassentamento – Bento, Paracatu e Gesteira**

**2.1) Fundação Renova: Atualização sobre o Eixo Prioritário 3**

<b>Discussão</b>	A Sra. Carolina Vespúcio, coordenadora, solicitou a condução dos demais itens de pauta pela Ana Luiza e a secretária da Câmara Técnica, em função do conhecimento detalhado deles. A Sra. Ana Luiza, representante da SEINFRA, solicitou que a equipe da Fundação Renova indicasse na apresentação o item de pauta correspondente. A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, informou que possivelmente a apresentação não estaria conforme a ordem indicada na pauta, mas reforçaria durante a apresentação, o item que estava sendo atendido. A Sra. Ana Luiza ressaltou a importância dos registros na ata, sem ocorrência de erros. O Sr. Marcelo Lúcio, representante da Fundação Renova, informou que o eixo permanece ajuizado e sem atualizações. A Sra. Eloá Lacerda esclareceu que o eixo 3 foi judicializado a questão do reassentamento coletivo de Gesteira, até o momento não houve nenhuma decisão quanto ao reassento coletivo e que algumas informações sobre as tratativas que estão acontecendo com as famílias, separadamente do acordo coletivo do reassentamento coletivo, será mostrado na apresentação realizada pelo Sr. Marcelo Lúcio. A Sra. Alejandra Devecchi, representante da Ramboll/MPF, relatou que embora o juiz não tenha se manifestado no âmbito do processo do eixo 3, percebe que há constantemente um
------------------	---

<p><b>Discussão</b></p>	<p>aumento das famílias que acabam optando pela solução individual, o reassentamento familiar. Informou que, da última apresentação para esta apresentação na Câmara Técnica, ocorreu um aumento, passando de 46% das famílias para 54%. Considerou que, apesar do juiz propriamente no eixo 3, não se manifeste, estas decisões judiciais individuais já estão dando o caminho para o programa e o reassentamento de Gesteira. Destacou a importância do entendimento da evolução das assinaturas individuais para o reassentamento familiar. O Sr. Marcelo Lúcio destacou que irá mostrar durante a apresentação, os 14 (quatorze) acordos que tiveram definição da carta de crédito. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, ressaltou que sobre a questão do reassentamento de Gesteira, por mais que a Fundação Renova traga a respeito da judicialização e que não tem as informações, entende que o processo da Câmara Técnica de acompanhamento e monitoramento segue na função de acompanhamento do processo e que indiferentemente da questão do reassentamento familiar, existe o acordo já firmado e a compra do terreno para o reassentamento coletivo efetivada, então aponta que o coletivo irá acontecer independentemente da quantidade de pessoas que optarem pelo familiar. Destacou que entende e está explícita, a existência de prioridade para o reassentamento familiar, conforme exposto nas negociações entre a Renova, juiz e as famílias. Informou ainda que a prioridade para o reassentamento familiar está tão evidenciada, que o reassentamento coletivo fica distante e as famílias vão sentindo o distanciamento enorme ao escolherem essa opção, que deveria ter tido uma inversão, já que para a continuidade da comunidade o mais importante é o reassentamento coletivo. Ressaltou que seria importante a Renova trazer atualizações também sobre o reassentamento coletivo, citando as informações necessárias dentro do cronograma da Renova (processo de licenciamento, cronograma do ano vigente para as licenças ambientais a partir da aprovação do projeto urbanístico, a proposta pensada e o que está orçado), reforçou a existência dos dois tipos de reassentamentos e a relevância das informações de cada um deles. Questionou a perspectiva da Fundação Renova em 2021, relativa ao reassentamento coletivo. A Sra. June Galdino, representante da Fundação Renova, informou que não teria detalhes sobre a questão do andamento das discussões jurídicas relacionadas ao eixo 3, mais especificamente sobre a fala da Sra. Danielle, pontuou que atualmente possuem mais dados para apresentar sobre as discussões que estão sendo feita no âmbito de um atendimento do reassentamento familiar, do que do reassentamento coletivo, por que a questão do reassentamento coletivo está judicializada e não houve nenhum avanço nessa discussão judicial. Evidentemente a Fundação Renova está disposta a manter as discussões sobre o reassentamento coletivo, mas como se trata de situação judicializada, precisam respeitar o trâmite jurídico. Havendo dúvidas, poderá ser registrado em ata, para a apresentação na próxima reunião. A Sra. Eloá Lacerda complementou informando que, quando é mencionado que a questão está na esfera jurídica e precisa sair uma decisão do juiz, este fato impacta em todo o planejamento. Atualmente não é possível evoluir em outras discussões enquanto não tiverem uma orientação clara dos próximos passos junto ao juiz. Sendo este o motivo de não apresentar as informações, evitando a geração de expectativas, exemplificando que caso tivessem trazido um cronograma, este não seria condizente com a realidade, haja vista que depende da decisão judicial para a continuidade das atividades em Gesteira. Reforçou que tendo algum ponto específico para esclarecimento poderá ser apresentado na próxima reunião. A Sra. Danielle Jorge citou as intervenções realizadas no terreno em Gesteira (furos de sondagem e estudos), relatou a existência de gado no terreno, questionou as ações previstas no reassentamento (retirada do gado, cercamento do terreno, estudo, obras etc.) e previsão do tempo dos processos previstos de cada etapa, ainda que não tenha as datas definidas. A Sra. June Galdino solicitou o registro da demanda e alinhou o entendimento. Considerando a situação atual, quais seriam as próximas etapas e a estimativa de tempo para a execução de cada uma delas, sem a necessidade de um cronograma com datas específicas, haja vista a necessidade da liberação judicial de avanço nesses casos. Houve alinhamento das informações do encaminhamento.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-49-1</b>– Apresentar o cronograma das ações e etapas previstas com a estimativa de tempo para a execução de cada delas. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.</p>
<p><b>2.2) Fundação Renova: Apresentar status de monitoramento do programa</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>O Sr. Marcelo Lúcio, representante da Fundação Renova, apresentou o status de avanços do PG-08. Foram destaques na apresentação: investimentos no programa por reassentamento (orçado/projetado/realizado/proj-real), marcos/grandes números/planejamento por</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>reassentamento, informações e recomendações referentes a Covid, linha do tempo constando as principais entregas (Bento Rodrigues/Paracatu de Baixo/Reassentamento Familiar), Plano de Ataque (contenções, infraestrutura, edificações). Detalhou que em relação as edificações no reassentamento de Bento Rodrigues, foram concluídas 5 (cinco) casas na quadra F, em dezembro. Tendo outras 5 (cinco) casas em andamento, sendo que o ID12 e o ID5 serão concluídos em fevereiro, as outras casas referentes ao ID59, ID11 e ID1 serão concluídas em maio. Informou que tem um pacote de 72 (setenta e duas) casas adicionais, que foi assinado na semana corrente com a HTB, com a previsão de conclusão em janeiro de 2022. Serão assinados mais dois pacotes entre os meses de abril e junho de 2020, um deles será de 27 (vinte e sete) casas e o outro de 33 (trinta e três) casas. Destacou que foi concluído as obras referentes ao posto de saúde, em dezembro de 2020. A conclusão das obras relativa a Escola Municipal será em fevereiro de 2021. Informou que a parte de iluminação foi totalmente concluída, exibiu fotos do lançamento dos cabos no acesso à ETE e da instalação de barramento na Sagrado Coração de Jesus. A Sra. Alejandra Devecchi questionou a respeito da contratação para execução de 72 (setenta e duas) unidades habitacionais este ano, além das 5 (cinco) que estão em execução. O Sr. Marcelo Lúcio esclareceu que possuem 5 (cinco) concluídas, 2 (duas) que serão concluídas em fevereiro, as outras 3 (três) que estão com a conclusão prevista para maio e entraram no pacote em conjunto com as 72 (setenta e duas) casas contratadas. Serão concluídas em janeiro de 2022, um total de 79 (setenta e nove) casas. A Sra. Alejandra Devecchi pontuou que isso significa que os prazos judiciais não serão cumpridos e a finalização do reassentamento vai para no mínimo, o ano de 2023. O Sr. Marcelo Lúcio esclareceu que não informou o ano de 2023. A Sra. Alejandra Devecchi ressaltou que considerando a produtividade que estão tendo em relação a produção das casas, ela afirmava a declaração. Destacou que a data definida no processo judicial não será cumprida, considerou que esta era uma situação que não foi afirmada até agora. A Sra. Eloá Lacerda esclareceu que a declaração não está sendo posta, que a afirmação era da Sra. Alejandra Devecchi e que a Fundação Renova em momento nenhum colocou esse ponto. A Sra. Alejandra Devecchi afirmou que sabia que não colocaram este ponto, mas os fatos estão mostrando isto, destacou que na próxima semana inicia o mês de fevereiro. O Sr. Marcelo Lúcio retornou à apresentação, informou o status da ETE com avanço percentual de 70,78% e previsão de conclusão em março de 2021. Na sequência exibiu um vídeo e fotos da ETE, demonstrando a evolução das obras. Apresentou o fluxo de início da construção considerando o status dos alvarás, fotos das obras (quadra F, escola e ginásio, posto de saúde, posto de serviços e casa concluídas), exibiu vídeos do posto de saúde, posto de serviços, escola e ginásio. Em continuidade, iniciou a apresentação relativa a Paracatu de Baixo. Sendo destaque na apresentação: terraplanagem de vias – realizado e previsto, contenções, pavimentação, bueiros, drenagem profunda, rede de esgoto, adutora de água tratada, status dos projetos em elaboração, edificação de bens públicos (fundação escolas). Na sequência apresentou o status social de atendimento dos reassentamentos e fotos. A Sra. Thaíse Coelho, representante da Ramboll/MPF, sugeriu a inclusão de slide na apresentação mensal, relativo à modalidade de carta de crédito. Ela questionou se os 4 (quatro) atendimentos referentes ao reassentamento familiar, pertenciam à ACP de Mariana e se as famílias já estavam morando nas residências. O Sr. Marcelo Lúcio confirmou o primeiro questionamento, mas não teve a resposta relativa à mudanças das famílias atendidas, para a residência entregue. Questionado sobre considerar o atendimento finalizado para as quatro famílias, a resposta foi positiva. Em continuidade, apresentou as atualizações relacionadas ao aterro sanitário, com a previsão de conclusão em março de 2021 e fotos sobre o avanço das obras.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-49-2</b>– A Fundação Renova deverá incluir slide na apresentação, constando as informações relativas à modalidade de carta de crédito. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> mensal.</p>
<p><b>2.3) Fundação Renova: Devolutiva do encaminhamento E-48- 2, constando as informações alvará retificado para o reassentamento de Bento Rodrigues, relativo a toda a infraestrutura e acessos externos. Indicação da nova área da ETE, área de talvegue, processos de revisão de projeto, alterações dos lotes com a identificação de localização atual</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>O Sr. Marcelo Lúcio, representante da Fundação Renova, apresentou a licença da ETE do reassentamento de Bento Rodrigues que contempla as modificações. Informou que a única modificação se refere a variante que dá acesso à ETE. Apresentou as alterações na área de talvegue relativo à realocação dos lotes, apresentando as migrações que foram realizadas. A Sra. Alejandra Devecchi, representante da Ramboll/MPF, questionou as informações relativas</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>as unidades do talvegue secundário e solicitou apoio à Sra. Thaíse Coelho na complementação das informações com a identificação dos Ids. A Sra. Thaíse Coelho informou que foi solicitado em reuniões anteriores estas informações, sem obtenção da devolutiva. A Sra. Alejandra Devecchi solicitou informações das três unidades habitacionais relativas aos Ids (244, 210 e 310) destacando que elas estão em situação crítica, com a recomendação de realocação para as três. A Sra. Thaíse Coelho informou que os IDs repassados, são os números de identificação que constam no projeto urbanístico aprovado. A Sra. June Galdino, representante da Fundação Renova, informou que na época em que receberam a recomendação feita pela Ramboll, a Fundação Renova encaminhou um ofício em resposta ao MPF – Ministério Público Federal possivelmente com cópia para a Ramboll, onde a Fundação Renova informava que não entendia as áreas indicadas como áreas de risco, haja vista que estas áreas estavam tendo investimento de infraestrutura que fariam com que elas estivessem aptas a receber as moradias, mas entendia a recomendação (principalmente dos terrenos dentro da área de talvegue) e considerando o bem estar das famílias em relação aos receios da área ser dita de risco, a Fundação Renova iria acatar a recomendação e prosseguir com a discussão com as famílias para a relocação destes terrenos para outras áreas. A Sra. June Galdino, informou que no caso dos terrenos que estariam ao redor, sem saber a expressão correta e entendendo como secundário, a Fundação prosseguiu com o atendimento dessas famílias no mesmo local. Podia afirmar que já existe encaminhamento planejado para cada uma das famílias que possuem terreno dentro do talvegue (os 5 (cinco) terrenos). Foi optado pelas famílias se seriam realocadas em reassentamento familiar ou se permaneceriam no coletivo em outras áreas disponíveis, sem problemas para a relocação dos proprietários dos terrenos. A Sra. Alejandra Devecchi solicitou que considerando a afirmação da Sra. June Galdino, que sejam apresentados na próxima reunião os três projetos, para conhecer como está sendo equacionada esta localização sobre os talvegues secundários, lembrando a todos que os talvegues possuem drenos para a circulação de água, ou seja, fará uma casa com água circulando embaixo dela. Solicitou que fossem apresentadas as soluções de infraestruturas que foram implementadas. A Sra. Alejandra Devecchi destacou que esta questão é uma das mais críticas, sendo uma questão antiga, que foi levada ao Ministério Público de Minas Gerais, por meio de mensagens e documentos. Assim, veio uma resposta concreta de que as famílias sobre o talvegue secundário não foram realocadas até então, resposta não antes obtida. A Sra. Thaíse Coelho, representante da Ramboll/MPF, questionou quais encaminhamentos foram dados em relação a revisão do projeto na Prefeitura de Mariana, haja vista que foi encaminhado neste sentido na última reunião, se houve atualização do projeto e se a Prefeitura tinha ciência das alterações e se houve a formalização das modificações. A Sra. June Galdino informou que não teria a resposta no momento sobre o status de atendimento, pois conhecia todos através do nome das pessoas e não por ID. Ressaltou a importância dos esclarecimentos, mediante as possibilidades de opção das famílias pelo reassentamento coletivo, familiar ou mesmo a troca dos lotes. O Sr. Marcelo Lúcio informou que todos os projetos executados, possuem alvará da Prefeitura. A Sra. Thaíse Coelho esclareceu que se referia ao projeto urbanístico e que até a última reunião, o Sr. Weber Gomes havia afirmado que não houve nenhum protocolo na Prefeitura com o pedido de atualização do projeto ou mesmo algum tipo de revisão. Conforme apresentado, teve uma alteração na rua denominada de variante e alteração na localização da ETE que já possui o licenciamento, mas entende que as alterações deveriam ser formalizadas no projeto urbanístico. O Sr. Marcelo Lúcio informou que irá verificar a questão e dará retorno. A Sra. Alejandra Devecchi complementou a solicitação de encaminhamento relacionado aos três projetos (ID244, ID210 e ID310), informou que o mais importante não é o projeto da casa e sim a implantação da casa no lote, a terraplenagem, muro de arrimo e todos esses tipos de soluções que devem ser apresentados. O Sr. Marcelo Lúcio se comprometeu a trazer a situação completa para os 3 (três) IDs.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-49-3</b>– A Fundação Renova deverá apresentar as soluções (infraestrutura, terraplenagem, muro de arrimo, implantação da casa no lote) que foram implementadas para os projetos (identificação dos lotes sobre os talvegues secundários: ID244, ID210 e ID310), indicar onde está implantada a edificação no terreno, indicar o local que passa o dreno nesses 3 (três) terrenos e apresentar o alvará da Prefeitura de Mariana constando a formalização das alterações no projeto urbanístico. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.</p>

**2.4) Fundação Renova: Apresentar os volumes de terraplanagem desagregados referentes a vias e lotes (realizados/a realizar) em Paracatu e confirmação dos volumes licenciados**

<b>Discussão</b>	O Sr. Marcelo Lúcio, representante da Fundação Renova, apresentou o quantitativo de terraplanagem e o licenciamento ambiental. Informou o volume de terraplanagem executado, totalizando 1.231,869 m <sup>3</sup> . Informou que as demais informações constam na apresentação.
------------------	---

**2.5) Fundação Renova: Apresentar o andamento da nova modalidade de carta de crédito, para as famílias de Barra Longa**

<b>Discussão</b>	O Sr. Marcelo Lúcio, representante da Fundação Renova, apresentou dois slides contendo as informações do detalhamento dos processos relativos as famílias de Gesteira, somando 14 (quatorze) acordos homologados. A Sra. Thaíse Coelho, representante da Ramboll/MPF, pontuou que entende que a carta de crédito seria uma outra modalidade de atendimento ao reassentamento familiar, mas o reassentamento familiar em si, previsto dentro do PG08 para o atendimento das famílias no âmbito do TTAC é diferente desta carta de crédito, desta maneira apresentada estariam generalizando. A Sra. June Galdino, representante da Fundação Renova, esclareceu que para o atendimento no município de Mariana, possuem 3 (três) tipos de modalidades pactuadas, sendo: o reassentamento coletivo, reassentamento familiar também conhecido como compra assistida e a reconstrução. A pecúnia não é considerada uma modalidade, até porque não podem ofertar a pecúnia. A modalidade de reconstrução não é elegível a todos os casos, exemplificando a situação de Bento Rodrigues onde existe a recomendação da Defesa Civil para a não ocupação da área. No caso de Gesteira, em Barra Longa especificamente, com a questão da judicialização dos casos, a carta de crédito foi acordada para o município. A carta de crédito é um reassentamento familiar com regras um pouco diferente do que seria o reassentamento familiar em Mariana, estão usando este nome para diferenciar devido a existência de regras distintas que foram acordadas em juízo. Sendo esta diferença entre reassentamento familiar e a carta de crédito. Como parte das regras referentes a carta de crédito, existe um valor para a aquisição de um imóvel para a família, com o suporte da Fundação em todo o processo, podendo haver transferência em pecúnia caso haja saldo remanescente. Ela apresentou as demais informações relativas ao slide da apresentação do item de pauta. O Sr. Naatan Lagoa, representante da FGV/MPF, questionou o prazo para a desocupação das moradias temporárias e a maneira que ela acorrerá. Existe a definição de que as famílias que optaram pela edificação possuem 90 (noventa) dias para a desocupação e as famílias que optaram por imóvel não edificado tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Reforçou a preocupação com a situação em que estas famílias se encontram. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, destacou a falta de entendimento na diferença entre os acordos realizados nos municípios de Mariana e Barra Longa e a falta de isonomia do processo que ocorre nos municípios. A Sra. June Galdino registrou que existem diferenças nas regras, mas sem prejuízo no atendimento aos atingidos, ressaltou a importância dos esclarecimentos, ficando encaminhado para a próxima reunião.
------------------	---

<b>Encaminhamento</b>	<b>E-49-4</b> – A Fundação Renova apresentará esclarecimentos sobre a existência de distinção no prazo para a desocupação das moradias temporárias (14 núcleos de famílias atingidas) e apresentação das diferenças entre os processos de acordos dos municípios de Mariana e Barra Longa. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.
-----------------------	--

**2.6) Fundação Renova: Apresentar a verificação se houve autorização para o aumento na execução de movimentação de terra no Reassentamento de Paracatu de Baixo**

<b>Discussão</b>	O Sr. Marcelo Lúcio, representante da Fundação Renova, apresentou a licença ambiental que cobre o volume movimentado.
------------------	---

**3) PG09 – Recuperação UHE Risoleta Neves**

**3.1) Atualização sobre o Eixo prioritário 5**

<b>Discussão</b>	O Sr. Thiago Larangeira, representante da Fundação Renova, informou que não tiveram evolução, haja vista que a licença foi expedida em momento que o judiciário estava em recesso e que aguarda a decisão sobre o eixo prioritário para atualização.
------------------	--

**4) PG10 – Recuperação das comunidades e infraestruturas impactadas**

**4.1) Fundação Renova: Atualização sobre o Eixo Prioritário 4**

<b>Discussão</b>	A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, informou que enviou as últimas cartas do perito relativas à execução dos trabalhos dele, sendo as últimas atualizações sobre o item. Destacou que na semana do dia 18 de janeiro a equipe do perito, retornariam as atividades de campo em Jerônimo, município de Santa Cruz do Escalvado. Ressaltou que aguardam decisão do juízo sobre o eixo para seguir com as atividades da Fundação Renova.
------------------	--

**4.2) Fundação Renova: Apresentar status de monitoramento do programa**

<b>Discussão</b>	<p>O Sr. Flávio Azambuja, representante da Fundação Renova, apresentou o status de avanços relativo ao monitoramento do programa. Sendo destaque na apresentação: planejamento 2021, fotos do parque de exposição em Barra Longa (montagem de lajes e formas, execução da alvenaria dos galpões e montagem da estrutura metálica do galpão), fotos da rede de esgoto da volta da capela com adequação do pavimento, fotos da adequação da área do transbordo com contenção em concreto, fotos da verticalização do poste próximo a residência do Sr. Raimundo Xavier, fotos do serviço de manutenção de vias não pavimentadas em Mariana e Barra Longa, fotos de manutenção de vias pavimentadas em Barra Longa, cronograma de serviços de vias pavimentadas, fotos de manutenção de acessos em Barra Longa (vias pavimentadas). A Sra. Thaise Coelho, representante da Ramboll/MPF, questionou o slide nº 17 com fotos (antes x depois) relativo à colocação de bloquetes na rua Floriano Peixoto em Barra Longa. O Sr. Flávio Azambuja acredita que a foto não deve ser da rua finalizada e se dispôs a trazer a informação posteriormente. A Sra. Cristiane Martins, representante dos atingidos de Barra Longa, questionou o ponto de manifestação em Barra Longa. O Sr. Flávio Azambuja informou que a paralização estava ocorrendo no final da avenida primeiro de janeiro. A Sra. Cristiane Martins informou que os atingidos de Barra Longa, aguardam a Fundação Renova para fazer suas casas estando tudo no juízo e relatou o adoecimento dos moradores enquanto aguardam a resposta. Ela destacou que não precisam de campo de futebol, precisam de casa. Ressaltou que as águas de janeiro irão cair, muitas pessoas estão em casas alugadas pela Renova e as casas vão cair. Reforçou a necessidade de pensar na população, antes das outras obras. Informou que gostariam de ter uma resposta. O Sr. Flávio Azambuja concordou com a Sra. Cristiane e informou que a questão do eixo 4, o aflige muito. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, questionou a indicação do eixo 9 na apresentação do campo de futebol, ao qual o eixo 9 se refere ao monitoramento de água. O Sr. Flávio Azambuja agradeceu e expôs que verificará. A Sra. Danielle Jorge expôs a preocupação com o início da execução dos trabalhos do perito em Barra Longa e questionou o caminho para levar ao conhecimento do Juiz a realidade do município, haja vista que existem pessoas morando em casas sem o mínimo de habitabilidade. Existem pessoas que têm condições de aguardar os laudos e outras não, questionando quem será responsabilizado. Ela relatou o estado crítico em Barra Longa, sobretudo no que se refere a saúde da população e morosidade de todo o processo. O Sr. Flávio Azambuja concordou com a expectativa e frustração relatada, informou que tinha no planejamento e orçamento do programa para o ano de 2020, a execução de 153 (cento e cinquenta e três) moradias, incluindo as lindeiras ao parque. Ressalvou questões como a paralização devido a pandemia e a judicialização. Destacou as dúvidas sobre o processo pericial, haja vista a programação e volume dos laudos por municípios. Ele sugeriu o encaminhamento da Câmara Técnica junto ao CÍF em relação ao processo da programação das perícias no município, tendo em vista o número de edificações a serem vistoriadas em Barra longa e a falta de agendamento para o início das perícias. Externou sua frustração e a preocupação em relação ao número de residências em Barra Longa e a diversidade da vulnerabilidade social dos atingidos que estão neste universo. Ele destacou que dentro da sua atribuição não possui nenhuma ferramenta na mão que possibilite minimizar, ainda que o mínimo possível que fosse, esta situação. A Sra. Marina Lima, representante da Rosa Fortini, concordou com a fala da Danielle e informou que as moradias em seu território estão com grandes danos causando ansiedade aos atingidos que estão em moradias temporárias, sem previsão do retorno a suas casas. Ela questionou se para começar as obras em Santa Cruz e Rio Doce será necessário aguardar a finalização de todos os laudos periciais nos territórios. O Sr. Flávio Azambuja retornou à explicação do questionamento anterior e ressaltou que todas as moradias temporárias que estão sob responsabilidade da Renova estão sendo atendidas da melhor forma possível e que não identificou em Barra Longa, imóveis com risco ao morador. Solicitou que tendo esta situação, sejam repassados aos canais</p>
------------------	---

<b>Discussão</b>	de relacionamento da Fundação Renova ou através da Câmara Técnica, que farão o acolhimento da demanda. Em resposta ao questionamento da Sra. Marina Lima, informou que conhecendo o processo reparatório, imagina duas situações: uma aplicação de técnica mais simples para a solução de reparação do imóvel e outra em que seja necessário o projeto executivo de engenharia com abrangência maior na reparação. Esses dois grupos de modelo de reparação, mais simples e complexos, estão lidando internamente com cada situação devendo aguardar a decisão judicial para a intervenção. Entende que nada impediria após o laudo do juiz definindo o que deverá ser feito, avançar nas obras ao mesmo tempo em Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. A mesma coisa, para Barra Longa, poderá ser executada por lotes, a partir da entrega dos laudos periciais e decisão do juízo. Não tem como informar no momento a respeito do cronograma, mas estão avançando internamente com as ideias.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E-49-5</b> – A Fundação Renova deverá trazer esclarecimentos sobre o slide nº 17, relativo à colocação de bloquetes na rua Floriano Peixoto em Barra Longa. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.

**4.3) Fundação Renova: Apresentação da Nota Pública, explicando o processo de judicialização com a mudança do rito e reafirmação do compromisso com a segurança e integridade física dos atingidos, de Barra Longa**

<b>Discussão</b>	<p>A Sra. Eloá Lacerda, representante da Fundação Renova, informou que encaminhou o material de comunicação com a comunidade para a Câmara Técnica, compartilhou em tela e esclareceu as dúvidas de como foi efetivada a demanda. A Sra. Ana Luiza, representante da SEINFRA, informou que durante o alinhamento entre os membros da Câmara Técnica houve questionamentos relativos as notas pela falta do apontamento da responsabilização da Renova sobre o acompanhamento, monitoramento da construção e manutenção dos bens que estão escorados. A Sra. Danielle Jorge, representante da Aedas, relatou que as obras estavam ocorrendo dentro do processo de judicialização e foram interrompidas no final do ano, dúvidas relacionadas ao prejuízo da edificação em função do tempo sem acompanhamento do processo e a possibilidade de realização do laudo cautelar. O Sr. Flávio Azambuja, representante da Fundação Renova, informou que os laudos foram feitos, possui programa de vistorias nesses imóveis, procedimentos aderentes ao que o CREA preconiza para essa atividade, possuem marcos de referência para monitorar avanços e início de deformação na estrutura. Os laudos foram realizados e apresentados aos responsáveis. No que se refere a moradias, mesmo estando tombadas, dependem das vistorias e estão dentro do PG12, que trata da memória, cultura e educação. Informou toda a evolução e processo das obras de restauro, bem como os impeditivos e a possibilidade de execução das obras futuras. Ressaltou que não irão abdicar das responsabilidades. A Sra. Vaneide Souza, representante da SEINFRA, questionou a apresentação dos laudos aos respectivos atores que são leigos no assunto e a possibilidade de auxílio da assessoria técnica na avaliação e orientação. Ela questionou também, se as obras de restauro estão sendo acompanhadas pelos órgãos de tombamento e a prefeitura, tendo em vista a diferenciação da execução deste tipo de obra. O Sr. Flávio Azambuja relatou que foram contratadas empresas com expertise em restauro de patrimônio, informou que o patrimônio tombado em Barra Longa foi tombado pelo município e possuem todas as aprovações necessárias relativas ao restauro. A Sra. Vaneide Souza questionou se os responsáveis pelo patrimônio da prefeitura estão participando do processo efetivamente. O Sr. Flávio Azambuja afirmou a participação deles e informou que prestam contas nas reuniões do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. A Sra. Vaneide Souza reforçou que apesar de apresentar o laudo aos responsáveis, fica em aberto quem poderá auxiliar na avaliação de adequação destes laudos. O Sr. Flávio Azambuja concordou e esclareceu que a sua área é essencialmente técnica e apresentaram o que foi demandado. Outra interface de uma ação do programa junto a Aedas ou junto a Câmara Técnica de apresentação e divulgação do laudo, já não compete a área de Infra, talvez o diálogo ou governança poderiam ser catalisadores dessa demanda. A Sra. Danielle Jorge propôs envio dos laudos para a Câmara Técnica para contribuir na análise, para repasse das informações para a comunidade. Reforçou a importância de avaliar a situação das casas estão em risco, entende que o tempo colocado não dará conta de algumas situações e a necessidade de olhar para este processo. Ressaltou que quando foi apresentado o plano de trabalho da AECOM, os próprios quesitos, tentaram colocar estas situações. Faz um ano que foi informado que a lista e o processo não darão conta e estão chegando ao limite. Ressaltou a importância de ter o cuidado com a população e as moradias em Barra Longa. O Sr. Flávio Azambuja concordou e declarou que gostaria de discutir</p>
------------------	---

<b>Discussão</b>	com os peritos do juiz tendo a possibilidade, destacou que possuem todos os estudos dos acordos que foram feitos. Ressaltou que as moradias em Barra Longa que estavam em risco apresentadas inclusive em assembleia no ano de 2018, as 34 (trinta e quatro) famílias foram removidas e acolhidas. Das edificações tombadas, as que apresentavam risco, foram realizados os escoramentos e estão monitorando as estruturas. Destacou que para este momento não deslumbram qualquer risco a integridade dessas estruturas. A Sra. Lucianna Oliveira, representante da Aedas, questionou se todos os imóveis que estavam sob responsabilidade de execução de obras, tiveram a elaboração de laudos cautelares. O Sr. Flávio Azambuja afirmou que tiveram laudos periciais. A Sra. Lucianna Oliveira questionou se os laudos foram elaborados para os quatro imóveis tombados ou para todos os imóveis que estavam sob responsabilidade da Fundação Renova e tiveram as obras paradas por conta da judicialização. O Sr. Flávio Azambuja informou que obras paradas relacionadas a moradias e em decorrência da judicialização, tiveram apenas uma, que se refere a moradia do Sr. João de Freitas em Barra Longa. Esclareceu que tinham um escopo e não puderam executá-lo, possuem laudos que deram nexos causal para ser executado e outros possuem acordos e demandam a definição judicial. Houve uma breve discussão sobre o encaminhamento e as limitações da equipe técnica para a avaliação dos laudos periciais disponibilizados.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E-49-6</b> – Apresentação do procedimento para a interrupção das intervenções do PG-10, nos imóveis tombados em Barra Longa (Igreja Matriz, Hotel Xavier, Residência do Sr. João de Freitas e Residência do Sr. José Lanna). <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> próxima reunião.

Finalmente, a Sra. Carolina Vespúcio, agradeceu a presença de todos. **A 49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação da Infraestrutura encerrou-se às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos.**

Ata aprovada por todos os presentes na 50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura, no dia 24 de Fevereiro de 2021.

*Ana Luiza de A. Carneiro.*  
Ana Luiza de Aguiar Carneiro  
Coordenação da CT-INFRA